

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Maternidade acadêmica e estudantes de pós-graduação de primeira geração: desafios de permanência no ensino superior brasileiro

Kamila Eulalio Abreu

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17729>

Submetido em: 2026-08-30

Postado em: 2026-08-31 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

MATERNIDADE ACADÊMICA E ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO DE PRIMEIRA GERAÇÃO: DESAFIOS DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

AUTOR/A 1, KAMILA EULALIO ABREU

<https://orcid.org/0000-0002-8467-7689>

<eulaliokamila2013@gmail.com>

Núcleo Materna/ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

RESUMO: Este artigo se configura como os resultados da tese de doutorado¹ da autora Kamila Eulalio Abreu, cuja pesquisa analisou os desafios de permanência enfrentados por mães estudantes da pós-graduação que também se caracterizam como estudantes de pós-graduação de primeira geração. Entende-se por estudantes de pós-graduação de primeira geração aqueles que são os primeiros membros de suas famílias a alcançar a formação em nível de mestrado ou doutorado, rompendo com trajetórias familiares marcadas pela ausência de capital educacional e inserção acadêmica avançada. O estudo parte da constatação de que a ampliação do acesso à pós-graduação por grupos historicamente excluídos não foi acompanhada pela consolidação de políticas de permanência capazes de responder às desigualdades de gênero, classe e origem social. A partir da análise das trajetórias de mães pós-graduandas, o trabalho propõe e examina essa categoria analítica, buscando compreender como a maternidade, vulnerabilidade social e ausência de redes de apoio acadêmico impactam a permanência e o sucesso na pós-graduação. A pesquisa adota abordagem qualitativa e exploratória, combinando revisão bibliográfica, análise documental, e-survey e entrevistas semiestruturadas com mães pós-graduandas. Os resultados indicam que essas estudantes enfrentam barreiras materiais, institucionais e simbólicas que dificultam sua permanência na universidade. Os dados revelam que a expansão do acesso à pós-graduação não foi acompanhada pela democratização das condições de permanência. Além disso, essas mulheres vivenciam um duplo estigma: no ambiente acadêmico, frequentemente não se reconhecem como pertencentes a esse espaço; em seus contextos familiares e comunitários, suas trajetórias tendem a ser percebidas apenas como conquistas individuais, invisibilizando os desafios que marcam seu percurso.

Palavras-chave: maternidade, ensino superior, permanência estudantil, pós-graduação, trabalho de cuidado.

ACADEMIC MOTHERHOOD AND FIRST-GENERATION GRADUATE STUDENTS: CHALLENGES OF PERSISTENCE IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION

ABSTRACT: This article presents findings from the doctoral dissertation of Kamila Eulalio Abreu, which investigated the persistence challenges experienced by graduate student mothers who are also first-generation graduate students. First-generation graduate students are defined as those who are the first members of their families to attain a master's or doctoral degree. The study is based on the premise that the expansion of access to graduate education for historically excluded groups has not been accompanied by the development of retention policies capable of addressing inequalities

¹ Este artigo é derivado da pesquisa de doutorado intitulada Políticas de permanência no ensino superior: qual o lugar da mãe estudante na pós-graduação?, de autoria da profa. dra. Kamila Eulalio Abreu, sob orientação e supervisão da profa. dra. Rosana Heringer, desenvolvida no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFRJ e aprovada em 17 de outubro de 2024, sob o Parecer nº 7.165.662.

related to gender, class, and social background. Drawing on the experiences of graduate student mothers, the research explores how motherhood, social vulnerability, and the lack of academic support networks affect students' ability to remain and succeed in graduate programs. The study adopts a qualitative and exploratory approach, combining a literature review, document analysis, an e-survey, and semi-structured interviews with graduate student mothers. The findings indicate that first-generation graduate student mothers face material, institutional, and symbolic barriers that hinder their academic trajectories. The data reveal that expanded access to graduate education has not been matched by the democratization of retention conditions. Furthermore, these women experience a dual stigma: within academia, they often feel they do not belong in a historically elitist environment; within their families and communities, their academic achievements are frequently viewed solely as individual accomplishments, obscuring the material, emotional, and institutional challenges that shape their experiences.

Keywords: motherhood, higher education, student retention, graduate studies, care work.

1. INTRODUÇÃO

A pós-graduação no Brasil consolidou-se formalmente a partir da década de 1950, impulsionada pela expansão dos cursos de graduação e pela institucionalização das universidades, com o objetivo de fortalecer o sistema nacional de ciência e tecnologia (Cunha, 1974; Morosini, 2009). Nesse contexto, a educação passou a ocupar papel central como mecanismo de mobilidade social, ampliando as possibilidades de ascensão econômica, reconhecimento social e acesso a oportunidades profissionais para grupos historicamente excluídos do ensino superior.

Segundo Pochmann (2004), o avanço das políticas públicas voltadas ao financiamento da permanência estudantil, especialmente por meio de bolsas e incentivos educacionais, contribuiu para a ampliação da escolarização da população jovem e para a melhoria das condições de inserção e disputa no mercado de trabalho. Tal processo torna-se ainda mais relevante em uma sociedade na qual o conhecimento e a qualificação educacional assumem papel cada vez mais decisivo nas trajetórias ocupacionais.

Apesar desses avanços, o acesso à educação superior permanece marcado por desigualdades. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua Educação) de 2024 indicam que apenas 20,5% da população brasileira com 25 anos ou mais havia concluído o ensino superior, enquanto 4,2% possuíam formação superior incompleta. Esses dados evidenciam que a conclusão da educação superior ainda constitui uma realidade restrita a uma parcela da população, tornando ainda mais excepcional o acesso aos níveis mais elevados de formação, como o mestrado e o doutorado.

Cunha (1974) analisa a hipótese de que a pós-graduação brasileira tem uma dupla função: técnica, ao formar especialistas e pesquisadores; e social, ao atuar como instrumento de distinção e

acesso restrito a determinados grupos (Cunha, 1974). A função técnica se aproxima da prática cotidiana e aperfeiçoamento de profissionais para o mercado de trabalho:

a) formar professores competentes que possam atender à expansão quantitativa de nosso ensino superior, garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade; b) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores; c) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores.:" Esses objetivos" mostram que há dois grandes "mercados" exigindo a formação de pessoal em nível de pós-graduação. (Cunha, 1974, p.67)

Nesse sentido, podemos dizer que o processo de democratização do acesso ao ensino superior brasileiro, produziu transformações importantes no valor social dos diplomas universitários. À medida que um número maior de estudantes passou a concluir a graduação, esse título deixou de representar um diferencial tão exclusivo, reduzindo parte de seu valor simbólico e econômico (Bourdieu, 2007; 2011). Nesse cenário, a pós-graduação passou a ocupar uma posição estratégica na reprodução das distinções sociais, conferindo credenciais mais raras e altamente valorizadas no campo acadêmico e profissional. Essa lógica se reflete também nos processos de seleção para mestrado e doutorado, que frequentemente incluem entrevistas, cartas de recomendação e avaliação de trajetórias acadêmicas. Tais mecanismos tendem a beneficiar candidatos que já possuem familiaridade com o universo universitário e acesso a redes acadêmicas consolidadas. Em contrapartida, estudantes de primeira geração e mulheres-mães podem encontrar maiores dificuldades para ingressar nesses espaços, uma vez que frequentemente dispõem de menos recursos, conexões e formas de capital reconhecidas e valorizadas pela academia (Abreu, 2025).

A lógica que Cunha (1974) descreve, na qual a pós-graduação funciona como um espaço restrito de “alta cultura” e de preservação do valor simbólico das credenciais acadêmicas, continua perceptível nas dinâmicas contemporâneas. A expansão quantitativa dos cursos e matrículas não eliminou os filtros seletivos que mantêm a pós-graduação como um espaço socialmente restrito. Ao contrário, a chamada massificação da graduação ampliou a pressão pelo ingresso na pós-graduação, mas não resultou em uma democratização proporcional de seu acesso. Ainda hoje, processos seletivos que priorizam redes de indicação, produção acadêmica prévia e tempo integral de dedicação excluem candidatos que não dispõem dessas condições, como mães universitárias, trabalhadores e estudantes de primeira geração. Assim, o discurso da preservação da qualidade se mantém como justificativa para políticas e práticas que reproduzem desigualdades estruturais, garantindo que os

títulos de mestre e doutor continuem funcionando como marcadores de prestígio e poder para poucos.

Nesse cenário, aparece uma figura ainda pouco analisada: o/a estudante de pós-graduação de primeira geração. Esse perfil carrega a marca da falta de uma herança educacional e de um capital cultural socialmente valorizado (Bourdieu e Passeron, 1982; Bourdieu, 2007; Bourdieu, 2011) e, ao mesmo tempo, enfrenta no dia a dia uma série de desafios, simbólicos, materiais e institucionais, que tornam mais difícil sua permanência e sucesso na academia.

Ao propor o conceito de estudantes de pós-graduação de primeira geração, buscamos evidenciar uma categoria que carrega consigo uma dupla ruptura: com a trajetória educacional de sua família e com os limites estruturais que historicamente restringiram o acesso de determinados grupos à formação avançada. Esse grupo é formado por sujeitos que, além de serem os primeiros a concluir a graduação, avançam à pós-graduação em um contexto de desigualdade acumulada, seja ela de classe, raça, gênero ou território. São estudantes que desafiam o que Bourdieu (2007) chamou de herança cultural e *habitus* familiar, uma vez que não dispõem dos capitais culturais, simbólicos e sociais tradicionalmente exigidos nos espaços acadêmicos de prestígio. Eles entram e permanecem nesse nível de ensino muitas vezes sem referências familiares, redes de apoio acadêmico consolidadas ou segurança material para dedicar-se exclusivamente aos estudos. Assim, os estudantes de pós-graduação de primeira geração ocupam um lugar liminar e contraditório, atravessando tanto os efeitos da ampliação de políticas de acesso (como cotas, bolsas, ações afirmativas), quanto os limites de uma estrutura universitária que ainda privilegia trajetórias linearmente construídas (Bourdieu, 2011).

Além disso, ao chegar à pós-graduação, muitos desses sujeitos enfrentam o deslocamento simbólico, sendo constantemente desafiados a traduzir sua origem popular em linguagem acadêmica. Como argumenta bell hooks (1994), a educação pode ser um ato de transgressão, mas para esses estudantes, ela também pode ser um espaço de constante vigilância, cobrança e solidão.

Portanto, o conceito de estudantes de pós-graduação de primeira geração deve ser entendido como “uma categoria analítica que permite visibilizar indivíduos que inauguram um novo campo de possibilidades, em suas famílias, enfrentando barreiras estruturais, simbólicas e institucionais no campo acadêmico, ao mesmo tempo em que ampliam as fronteiras do que historicamente foi reservado às elites culturais ” (Abreu, 2025). A fim de ampliar o debate acadêmico e político sobre novos sujeitos no Ensino Superior, especialmente no contexto do sistema de pós-graduação brasileiro.

Ao analisar a categoria “estudantes de primeira geração”, torna-se essencial destacar diferenças entre graduação e pós-graduação. Os dados disponíveis, referentes ao ano de 2023, apontam que na graduação o montante de matrículas era de 9,98 milhões em todo o sistema (Brasil, 2023). Por outro lado, na pós-graduação, o contingente alcançou mais de 400 mil estudantes em 2023 (Brasil, 2024).

Embora a literatura nacional (Felicetti, Morosini e Cabrera, 2019) apresente discussões consolidadas sobre estudantes de primeira geração no ensino superior, as análises concentram-se predominantemente no ingresso à graduação. Tais estudos definem como estudantes de primeira geração aqueles cujos pais ou responsáveis não tiveram acesso ao ensino superior, sendo os primeiros membros da família a alcançar esse nível de escolarização.

No decorrer desta pesquisa, observou-se que essa definição não era suficiente para compreender as trajetórias das mães estudantes da pós-graduação. Muitas das participantes possuíam familiares com formação universitária ou pertenciam a famílias que já haviam rompido a barreira de acesso à graduação, mas eram as primeiras pessoas de seu núcleo familiar a ingressar em cursos de mestrado ou doutorado. Ao mesmo tempo, relatam dificuldades relacionadas à ausência de referências familiares sobre a cultura acadêmica da pós-graduação, os processos de pesquisa, a produção científica e as estratégias de permanência nesse espaço.

Diante dessa lacuna, a categoria analítica Pós-graduandas de Primeira Geração, foi entendida como as estudantes que constituem a primeira geração de suas famílias a acessar programas de pós-graduação *stricto sensu*. A categoria busca evidenciar que a democratização do acesso à graduação não implica, necessariamente, a democratização dos níveis mais elevados de formação acadêmica. A construção dessa categoria parte do entendimento de que a pós-graduação possui códigos, práticas, expectativas e formas de capital acadêmico específicos, distintos daqueles exigidos na graduação. Assim, ingressar em um programa de mestrado ou doutorado representa uma nova fronteira educacional para muitas estudantes, especialmente para mulheres, mães, negras e oriundas das camadas populares.

Nesse sentido, as pós-graduandas de primeira geração vivenciam processos particulares de inserção acadêmica, marcados pela ausência de referências familiares sobre o funcionamento da pós-graduação, pela necessidade de construir redes próprias de apoio e pela conciliação entre demandas acadêmicas, profissionais e familiares. A categoria permite, portanto, compreender como desigualdades de classe, gênero, raça e maternidade se articulam na produção de trajetórias

acadêmicas frequentemente caracterizadas por formas tensionadas e incompletas de pertencimento institucional.

Enquanto os primeiros continuam rompendo barreiras de acesso, em um país onde apenas 21,6% dos jovens de 18-24 anos frequentam o ensino superior (Brasil, 2024), com disparidades raciais evidentes na conclusão de graduação, os segundos já superaram esse limiar inicial, porém permanecem marcados pela falta de capital acadêmico e estrutura de apoio. Nesta etapa, a condição de primeira geração ressurge com nuances distintas: acesso a redes de produção científica, mentoria, financiamento e permanência tornam-se determinantes. Ao contrastar as duas fases, a trajetória de estudantes de primeira geração se revela como um contínuo de desigualdades, adaptado às escalas de inserção e mobilidade dentro do ensino superior.

2. ESTUDANTES MÃES NA PÓS-GRADUAÇÃO COMO SUJEITOS DE PESQUISA

Em contraponto a perspectiva apreciada acima, observamos que ao longo dos anos houve uma transformação crescente no sistema de ensino superior brasileiro nas últimas duas décadas possibilitaram o ingresso de grupos historicamente excluídos nos espaços universitários, especialmente a partir da ampliação das políticas de democratização do acesso (Ristoff, 2014). Nesse contexto, emergem novos sujeitos na pós-graduação, cujas trajetórias tensionam a imagem tradicional do pesquisador associada a grupos socialmente privilegiados e herdeiros do capital cultural acadêmico (Bourdieu, 2007; 2011). Entre esses sujeitos encontram-se as mães pós-graduandas de primeira geração, mulheres que, além de exercerem o trabalho de cuidado e a maternidade, são as primeiras de suas famílias a alcançar os níveis de mestrado e doutorado.

A condição de estudante de primeira geração remete a trajetórias marcadas pela ausência de herança educacional familiar e pelo acesso limitado aos recursos culturais, sociais e simbólicos tradicionalmente valorizados no campo acadêmico. Quando articulada à maternidade, essa condição produz desafios específicos, uma vez que essas mulheres precisam conciliar as exigências da formação acadêmica com as responsabilidades do cuidado, frequentemente sem contar com redes de apoio institucionais ou familiares capazes de sustentar sua permanência. Dessa forma, suas experiências são atravessadas simultaneamente por desigualdades de classe, gênero e origem social.

Embora a literatura sobre maternidade acadêmica tenha avançado significativamente nos últimos anos, e os estudos sobre estudantes de primeira geração na educação tenham ganhado destaque no debate educacional, ainda são escassas as pesquisas que investigam a intersecção entre essas duas condições. Assim, propomos a categoria analítica "mães pós-graduandas de primeira geração" como ferramenta para compreender as especificidades das trajetórias dessas estudantes e os obstáculos enfrentados em sua permanência na pós-graduação. Ao focalizar esse sujeito, busca-se evidenciar como as desigualdades historicamente produzidas pelo sistema educacional brasileiro continuam operando mesmo nos níveis mais elevados de formação acadêmica.

Os dados apresentados pelo Instituto Semesp, com base na PNAD/IBGE (2024), revelam um crescimento significativo no número de matrículas em cursos de pós-graduação no Brasil entre 2017 e 2023, com destaque para a predominância da Especialização. No Mestrado e no Doutorado (*stricto sensu*), os dados mostram estabilidade relativa com pequenas oscilações, mas com um pico em 2021, possivelmente relacionado a mudanças no cenário socioeconômico e no ensino remoto durante a pandemia de COVID-19. O Mestrado alcançou 282.910 matrículas neste ano, voltando a cair nos anos seguintes. O Doutorado teve salto expressivo de 129.890 (2020) para 185.845 (2021), seguido também de queda em 2022 e discreta recuperação em 2023.

Apesar da expansão, a pós-graduação brasileira continua marcada por desigualdades. Dados indicam que as desigualdades de acesso e permanência entre brancos e negros, homens e mulheres, e entre estudantes de diferentes regiões persistem. Mulheres, por exemplo, já são maioria entre os matriculados e titulados, 59,1% das matrículas no ensino Superior (INEP, 2025), mas continuam sub-representadas nas áreas de ciências exatas e nas posições de liderança acadêmica. Já estudantes negros e indígenas, embora beneficiados pelas ações afirmativas em alguns programas, ainda enfrentam barreiras significativas, como o racismo institucional e a escassez de bolsas.

No período de 2015 a 2022 os cortes no orçamento federal afetaram diretamente a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade, sobretudo aqueles que não têm outras fontes de renda. Esse ponto diz respeito à estrutura de financiamento da pós-graduação, ainda fortemente dependente das bolsas ofertadas por CAPES, CNPq e Fundações de Amparo à Pesquisa. Isso revela que o sistema de pós-graduação, mesmo consolidado institucionalmente, não possui uma política ampla e estruturada de assistência estudantil, realidade que apenas recentemente começou a ser enfrentada, como se observa na reformulação do PNAES em 2024 (Brasil, 2024), que passou a prever, ainda que de forma condicional, a inclusão de estudantes de mestrado e doutorado em suas diretrizes.

Em resumo, embora a pós-graduação no Brasil tenha passado por um processo de expansão e institucionalização relevantes, seu desenvolvimento ainda se dá de forma desigual e excludente. A ausência histórica de políticas de permanência na pós-graduação e a lógica predominantemente meritocrática presente em sua avaliação e financiamento aprofundam desigualdades já presentes no sistema educacional. O desafio contemporâneo, portanto, não é apenas manter e qualificar a oferta de cursos, e sim democratizar efetivamente o acesso e, principalmente, a permanência, reconhecendo as múltiplas vulnerabilidades que atravessam os sujeitos que hoje alcançam esse nível de formação.

2.1. A Democratização Incompleta: Permanência e Desigualdades na Pós-Graduação Brasileira

Nos últimos anos, o debate sobre permanência no ensino superior avançou significativamente no Brasil, especialmente a partir da expansão das universidades federais e da adoção de políticas de ações afirmativas. No entanto, a permanência no ensino superior e, particularmente, na pós-graduação, ainda representa um desafio profundo, sobretudo para estudantes em situação de vulnerabilidade social. A aprovação da Lei nº 14.914, de 2024, que reformula a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), oferece uma oportunidade histórica para repensar as políticas públicas destinadas à permanência estudantil, agora com a possibilidade de inclusão de estudantes de mestrado e doutorado, ainda que condicionada à disponibilidade orçamentária.

Instituído em âmbito federal pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, e implementado a partir de 2008, o PNAES constituiu uma importante conquista dos movimentos estudantis e das universidades públicas ao estabelecer uma política nacional voltada à permanência dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior. O programa passou a contemplar ações relacionadas à moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital e creche, entre outras dimensões fundamentais para a trajetória acadêmica (Abreu, 2025). Como destacam Gomes e Passos (2018), o PNAES consolidou a compreensão de que o acesso à universidade não se efetiva sem condições materiais de permanência. Dourado (2010), por sua vez, ressalta que políticas públicas dessa natureza dependem de financiamento adequado e institucionalização normativa para sua efetivação. Nesse sentido, a inclusão da pós-graduação na nova política representa um avanço político e simbólico importante, embora sua concretização permaneça condicionada às prioridades orçamentárias e à capacidade institucional de implementação. Trata-se, portanto, de um

reconhecimento tardio, mas necessário, de que a vulnerabilidade social não se encerra com a obtenção do diploma de graduação.

Estudos recentes (Silva, 2020; Silva et al., 2021; Soares e Cardoso, 2025) demonstram que a permanência na pós-graduação continua profundamente marcada por desigualdades de classe, raça, gênero e território. Muitas vezes, a decisão de prosseguir os estudos não decorre apenas de um projeto acadêmico, mas também da dificuldade de inserção no mercado de trabalho e da busca por melhores oportunidades profissionais. Soma-se a isso a insegurança financeira, a insuficiência de bolsas, a sobrecarga de trabalho acadêmico e a ausência de políticas específicas de cuidado, como creches, auxílios para filhos, apoio psicológico e recursos de acessibilidade. Tais fatores dificultam a permanência de grupos historicamente excluídos dos espaços acadêmicos.

Entretanto, as dificuldades de permanência na pós-graduação não podem ser compreendidas apenas como resultado da insuficiência de recursos ou da ausência de políticas específicas. Elas estão inseridas em processos históricos mais amplos de produção e reprodução das desigualdades sociais no interior da universidade. As desigualdades presentes no ensino superior brasileiro estão diretamente relacionadas a uma estrutura universitária historicamente marcada pelo elitismo, racismo e patriarcado. Nesse sentido, Gomes, Silva e Brito (2021) argumentam que a efetiva inclusão de estudantes negros e oriundos das classes populares exige o enfrentamento das lógicas excludentes que, por décadas, organizaram o acesso e a permanência na educação superior. Assim, a presença de mulheres, pessoas negras, estudantes das classes populares e outros grupos historicamente marginalizados nas universidades deve ser compreendida como resultado de disputas coletivas por direitos e não apenas como fruto de trajetórias individuais de sucesso.

Barbosa (2019) argumenta que a massificação do ensino superior não garante, por si só, sua democratização, uma vez que as desigualdades persistem nas condições de permanência, no acesso aos recursos institucionais e nas oportunidades de reconhecimento acadêmico. A autora destaca que o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, das desigualdades raciais estruturantes da sociedade constitui condição fundamental para a formulação de políticas públicas mais robustas de enfrentamento das desigualdades educacionais e sociais. Nesse contexto, a promulgação da Lei de Cotas, em 2012, representa um marco na ampliação do acesso ao ensino superior, possibilitando a entrada de novos sujeitos em espaços historicamente reservados às elites.

Durante muitos anos, o acesso ao Ensino Superior foi visto como um direito exclusivo da elite. No caso brasileiro, a ausência de um sistema universitário até o início do século XX tornava ainda mais custosa a frequência a esse nível de ensino. Na segunda metade do século XX, com uma classe média

urbana já bastante expandida e tendo na escolarização o seu principal recurso de posicionamento social, inicia-se a concorrência pelo acesso à universidade. (Barbosa, 2019, p. 246)

Contudo, a democratização do acesso não foi acompanhada, na mesma medida, pela democratização das condições de permanência. Se as políticas de ações afirmativas possibilitaram a chegada de novos grupos à universidade e, posteriormente, à pós-graduação, as estruturas institucionais permaneceram amplamente organizadas a partir das necessidades de um perfil tradicional de estudante, desvinculado das responsabilidades de cuidado e das vulnerabilidades socioeconômicas. É nesse cenário que se inserem as mães pós-graduandas de primeira geração, cujas trajetórias evidenciam como desigualdades de classe, gênero, raça e origem educacional continuam operando mesmo nos níveis mais elevados de formação acadêmica. A análise desse grupo permite compreender os limites da democratização do ensino superior brasileiro e evidencia a urgência de políticas de permanência capazes de responder às demandas dos novos sujeitos que hoje ocupam a pós-graduação.

2.2. Pós-graduação de primeira geração e a maternidade acadêmica

A proposta de inserir uma nova categoria analítica que contemple os estudantes da pós-graduação nas universidades federais é um esforço realizado nesse trabalho com objetivo de auxiliar na análise sobre o caso específico das mães estudantes de pós-graduação (Abreu, 2021; Moura, 2024; 2025). Com o aumento do ingresso de jovens das classes populares na graduação, especialmente a partir das políticas de democratização do ensino superior, ampliaram-se os debates sobre a escolarização prolongada e as saídas para a escassez de vagas no mercado de trabalho. Muitos estudantes, após se formarem e se depararem com a falta de vagas ou altas exigências no mercado de trabalho, têm seguido para a pós-graduação, seja buscando qualificação, seja como alternativa diante das dificuldades do mercado de trabalho (Melo e Borges, 2007; Matos e Bianchetti, 2011).

Essa continuidade, entretanto, impõe desafios que extrapolam o acesso e se concentram nas condições de permanência. A conclusão da graduação não elimina as desigualdades de classe, gênero, raça e origem social que marcam as trajetórias educacionais de muitos estudantes. Nesse sentido, a reformulação do PNAES representa um avanço importante ao reconhecer que as demandas por assistência estudantil também alcançam a pós-graduação. Tal reconhecimento reflete a entrada de novos sujeitos nos programas de mestrado e doutorado e a necessidade de construção de políticas

capazes de garantir sua permanência. Ainda assim, a inclusão dos pós-graduandos permanece condicionada à disponibilidade de recursos, evidenciando que a democratização do acesso aos níveis mais elevados de formação acadêmica ainda não foi acompanhada pela democratização das condições necessárias para sua permanência e conclusão (Lizardo et. al, 2023)

Pode-se dizer que essas estudantes vivenciam simultaneamente desigualdades de redistribuição e de reconhecimento, pois lidam tanto com a escassez de recursos materiais (bolsas, moradia, tempo) quanto com a deslegitimação simbólica de suas trajetórias, marcadas por descontinuidade educacional e cuidados parentais (Silva, 2020; Fabbro e Heloani, 2010). A limitação das políticas existentes, pouca vaga em creches e em auxílios financeiros, acrescida de políticas institucionais que reconheçam a maternidade como uma dimensão legítima da vida acadêmica, que muitas vezes necessita de prorrogação de prazos, licenças formais ou acesso a creches universitárias, revela a rigidez do modelo meritocrático vigente, que reflete a necessidade de construção de uma política de permanência voltada para mães no ensino superior.

Essa complexidade se acentua no caso das mães pós-graduandas de primeira geração. A maternidade interfere diretamente no tempo disponível para investir em pesquisa, produtividade e construção de redes, elementos centrais para o sucesso acadêmico e, consequentemente, para a busca da mobilidade social esperada. Nesse sentido, é recorrente que essas mães sejam penalizadas por estruturas que não reconhecem o cuidado como parte legítima da vida acadêmica. Além disso, mães na pós-graduação muitas vezes vivem uma ambivalência de forma aguda, são vistas como privilegiadas por estarem na universidade: muitas mães relatam que são lidas como privilegiadas dentro das suas famílias por conseguirem cursar faculdade/pós-graduação mesmo tendo filhos, mesmo seguindo enfrentando exclusões e violências institucionais que dificultam a permanência (Abreu, 2021; 2025).

A pós-graduação representa, para muitos estudantes de primeira geração, a consolidação de um projeto de mobilidade social e ampliação de horizontes, marcado pela ruptura com trajetórias familiares historicamente afastadas dos níveis mais elevados de escolarização. No entanto, essa conquista não elimina as desigualdades que atravessam suas experiências acadêmicas. No caso das mães pós-graduandas de primeira geração, a ausência de capital cultural herdado, de redes de apoio consolidadas e de condições materiais adequadas soma-se às demandas do cuidado e da maternidade, produzindo obstáculos específicos à permanência. Conforme aponta Bourdieu (2011), o sucesso acadêmico não depende exclusivamente do mérito individual, mas também do acesso aos capitais e recursos valorizados no campo educacional. Assim, mesmo diante da ascensão

educacional, essas estudantes permanecem expostas a diferentes formas de vulnerabilidade social, econômica e institucional. A maternidade, longe de constituir apenas uma experiência privada, configura-se como um elemento estruturante de suas trajetórias acadêmicas, impactando o acesso a oportunidades, a produtividade científica e as condições de permanência. Nesse contexto, torna-se fundamental compreender como essas desigualdades são vivenciadas e interpretadas pelas próprias estudantes. A análise das narrativas produzidas pelas participantes da pesquisa permite identificar as principais demandas, desafios e estratégias mobilizadas por mães pós-graduandas de primeira geração na construção de seus percursos acadêmicos, tema que será aprofundado na seção seguinte.

Entretanto, a ampliação do acesso não produz, automaticamente, a democratização das condições de permanência. A entrada de novos sujeitos na pós-graduação evidencia que as desigualdades não desaparecem quando se atravessa a porta da universidade; elas podem assumir novas configurações e tornar-se ainda mais complexas. Permanecer na pós-graduação pressupõe não apenas o domínio de conhecimentos acadêmicos, mas também a disponibilidade de recursos financeiros, tempo, redes de apoio, capital acadêmico e familiaridade com as regras, práticas e expectativas que estruturam esse campo.

É nesse contexto que a experiência da maternidade acadêmica adquire especial relevância. A maternidade introduz na trajetória da estudante uma dimensão de cuidado que tenciona diretamente a lógica de organização da pós-graduação. A estudante mãe não precisa apenas responder às exigências de sua formação: precisa também administrar uma rotina marcada pelas necessidades dos filhos, pelas responsabilidades domésticas e, em muitos casos, pelo trabalho remunerado. Os resultados desta pesquisa demonstram que as principais dificuldades relatadas pelas participantes envolvem justamente a articulação entre essas diferentes dimensões da vida: dificuldade de presença em aulas, congressos e seminários; redução do tempo disponível para as atividades acadêmicas; necessidade de apoio logístico; limitações financeiras; compromissos familiares; desregulação da rotina; sobreposição de demandas e impactos sobre a concentração (Abreu, 2025).

A aproximação entre as categorias de pós-graduação de primeira geração e maternidade acadêmica nos permitem, portanto, deslocar a análise de uma perspectiva individualizante da permanência. A questão não está simplesmente em saber se determinada mulher possui capacidade de conciliar seus diferentes papéis, mas em compreender quais condições sociais e institucionais tornam essa conciliação possível ou impossível. Quando a permanência é compreendida como responsabilidade individual, as dificuldades enfrentadas pelas mães podem ser interpretadas como problemas de organização pessoal, falta de disponibilidade ou escolhas particulares. Os resultados

desta pesquisa apontam em outra direção. As dificuldades relatadas não decorrem exclusivamente da maternidade em si, mas da relação entre maternidade e uma estrutura acadêmica organizada segundo expectativas de disponibilidade, produtividade e dedicação que nem sempre consideram a existência de responsabilidades de cuidado.

A questão torna-se ainda mais complexa quando se considera a condição de estudantes de primeira geração. Para essas sujeitos, a pós-graduação representa a entrada em um espaço social sem referências acadêmicas familiares, exigindo a construção de repertórios, redes e estratégias para sua inserção. Quando essa trajetória é atravessada pela maternidade, as demandas acadêmicas se articulam às responsabilidades cotidianas do cuidado. Os dados da pesquisa reforçam a centralidade das redes de apoio para a permanência. As participantes destacaram o suporte de familiares e amigos, a orientação compreensiva, a colaboração entre colegas, o auxílio financeiro, a flexibilidade institucional, o apoio psicológico e a infraestrutura como elementos fundamentais para a continuidade acadêmica. Nesse sentido, a permanência materna constitui-se como uma construção relacional, que depende de recursos e redes que ultrapassam os limites da universidade.

Essa dimensão é especialmente relevante para estudantes de primeira geração, para quem a ausência de referências familiares no campo acadêmico pode ampliar as dificuldades de inserção e permanência. Nesse contexto, as redes institucionais e sociais de apoio assumem papel ainda mais importante. A dimensão econômica também se mostra central. Entre as estudantes que recebiam auxílios acadêmicos, mais de 88% afirmaram que os valores eram insuficientes para sustentar a si mesmas e suas famílias. O dado evidencia que a concessão de bolsas, isoladamente, não garante a permanência, uma vez que os custos associados à maternidade e ao cuidado extrapolam os mecanismos tradicionais de financiamento da pós-graduação.

Dados levantados pelo Atlas da Permanência Materno Universitária (Abreu e Moura, 2026), demonstram que os valores de auxílio parentalidade variam entre R\$ 120,00 e R\$ 771,00. Já Abreu (2025) constatou que, antes da promulgação da nova legislação do PNAES, em 2024, apenas três instituições contemplavam explicitamente a pós-graduação em suas políticas de apoio à maternidade: Universidade Federal de Pelotas, Universidade Tecnológica Federal do Paraná e Universidade Federal do Rio Grande. 2 anos depois o número cresceu para 13 Universidades Federais que abrangem a pós-graduação em suas políticas de permanência parental.

Esses dados revelam uma contradição importante do processo de democratização. Ao mesmo tempo em que a expansão do ensino superior permite que sujeitos que anteriormente não chegavam à pós-graduação passem a ocupar esse espaço, as políticas institucionais não

necessariamente acompanham essa transformação. A universidade amplia suas portas, mas nem sempre modifica suficientemente suas estruturas para acolher a diversidade dos sujeitos que passam a atravessá-las.

A maternidade torna essa contradição particularmente visível porque coloca em questão o próprio modelo de estudante sobre o qual muitas práticas acadêmicas são construídas (Moura, 2024). Esse modelo pressupõe, muitas vezes, um sujeito com disponibilidade para frequentar aulas, participar de congressos, cumprir prazos, produzir artigos, realizar pesquisas e responder às demandas do programa sem que responsabilidades de cuidado interfiram significativamente em sua trajetória. A mãe estudante rompe com esse modelo. Sua presença evidencia que a vida acadêmica não acontece separada da vida cotidiana e que a produção do conhecimento está atravessada pelas condições materiais e sociais de existência. A maternidade, nesse sentido, não constitui uma interrupção externa à trajetória acadêmica; ela integra a própria experiência dessas mulheres enquanto pesquisadoras.

Essa constatação também permite problematizar a noção de mérito acadêmico. Se estudantes diferentes possuem condições desiguais de tempo, recursos financeiros, redes de apoio e disponibilidade para a produção científica, a avaliação de suas trajetórias exclusivamente por indicadores de produtividade pode ocultar as desigualdades que sustentam tais resultados. A permanência de uma mãe na pós-graduação não pode ser interpretada apenas como resultado de sua força de vontade ou capacidade individual de organização. Ela frequentemente envolve uma complexa rede de negociações, renúncias, apoios e estratégias que permanecem invisíveis nos indicadores acadêmicos tradicionais.

É nesse ponto que a maternidade acadêmica se apresenta como uma categoria analítica capaz de revelar as próprias estruturas da universidade. Ao tornar visíveis as tensões entre tempo acadêmico e tempo do cuidado, ela questiona a ideia de que a dedicação à pesquisa possa ser compreendida independentemente das condições concretas de vida dos sujeitos. A experiência das mães entrevistadas demonstra, ainda, que essas mulheres não ocupam apenas uma posição de vulnerabilidade. Elas também produzem estratégias de resistência e permanência. As redes maternas e os coletivos constituem espaços fundamentais para compartilhar informações, construir apoio, elaborar estratégias e reivindicar transformações institucionais. A experiência do Coletivo de Mães da UFRJ é particularmente significativa nesse sentido, uma vez que emerge da percepção de uma experiência compartilhada de solidão e da necessidade de construir coletivamente respostas para problemas que permaneciam pouco reconhecidos pela instituição.

Assim, as mães estudantes podem ser compreendidas não apenas como destinatárias de políticas de permanência, mas como sujeitas produtoras de conhecimento, de redes e de transformação institucional. Suas experiências questionam os limites da universidade existente e contribuem para a construção de outras possibilidades de organização da vida acadêmica. A articulação entre primeira geração e maternidade permite, desse modo, compreender uma dimensão fundamental da democratização da pós-graduação: não basta modificar quem consegue entrar; é necessário transformar as condições que determinam quem consegue permanecer.

A discussão sobre pós-graduação de primeira geração e maternidade acadêmica permite, portanto, ampliar a própria compreensão de democratização. Democratizar a pós-graduação não significa apenas possibilitar que sujeitos historicamente afastados desse espaço consigam ingressar. Significa também criar condições para que diferentes sujeitos possam construir suas trajetórias, produzir conhecimento e concluir seus percursos sem que suas condições sociais e responsabilidades de cuidado sejam convertidas em desvantagens naturalizadas.

A resposta produzida por esta pesquisa aponta para a necessidade de uma universidade que não apenas permita a entrada de novos sujeitos, mas que seja capaz de se transformar a partir da presença deles. As estudantes de primeira geração e as mães pós-graduandas tornam visíveis as fronteiras ainda existentes no processo de democratização e, ao mesmo tempo, produzem possibilidades para ultrapassá-las.

Nesse sentido, a maternidade acadêmica pode ser compreendida não como um obstáculo à excelência ou à produtividade científica, mas como uma experiência que desafia a universidade a construir outras formas de produzir conhecimento, organizar o tempo e reconhecer o cuidado. E as estudantes de primeira geração, ao ocuparem a pós-graduação, também deslocam os limites históricos de quem pode ser reconhecido como produtor de conhecimento.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como ponto de partida a inquietação acerca do lugar ocupado pelas mulheres que vivenciam a maternidade durante a pós-graduação. Buscou-se compreender as condições de permanência dessas estudantes e como articulam maternidade, cuidado, trabalho e formação acadêmica, bem como em que medida as instituições reconhecem essas dimensões como parte da experiência universitária. Dessa forma, partimos da compreensão de que a expansão do ensino superior diversificou o perfil dos sujeitos que chegam à universidade e à pós-graduação.

Contudo, a ampliação do acesso não garante, por si só, condições equitativas de permanência. As experiências das participantes evidenciam que a maternidade intensifica desigualdades já presentes, especialmente pela reorganização do tempo, pelas responsabilidades de cuidado e, em muitos casos, pela necessidade de conciliar estudos e trabalho.

Os resultados permitem afirmar que a permanência de mães na pós-graduação não constitui uma responsabilidade individual, mas uma questão institucional, política e social. Nesse sentido, políticas como auxílios financeiros, creches, flexibilização de prazos, licença-maternidade, espaços de amamentação, participação remota, acolhimento institucional e acesso à informação devem ser compreendidas como mecanismos de promoção da equidade, e não como privilégios.

Também se evidencia a necessidade de ampliar a produção de dados institucionais sobre estudantes mães, de modo que suas experiências sejam consideradas no planejamento e na avaliação das políticas universitárias. Democratizar o ensino superior, portanto, não significa apenas ampliar o acesso, mas garantir condições para que diferentes sujeitos possam permanecer, produzir conhecimento e concluir seus percursos acadêmicos.

A permanência materna revela, assim, os limites de uma universidade organizada a partir de um modelo de estudante que desconsidera as responsabilidades de cuidado. Garantir o direito à formação acadêmica implica reconhecer a maternidade como dimensão constitutiva da justiça educacional, permitindo que as mulheres possam estudar, pesquisar e cuidar sem que precisem escolher entre essas dimensões de suas vidas.

REFERÊNCIAS

ABREU, K. E. Jovens, mães e universitárias: do favor ao direito à permanência. 2021. 146 f Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.unirio.br/ppgedu/dissertacoes/repositorio-de-dissertacoes/1f4c22021/20_kamila-eulalio-abreu. Acesso em: 12 jul. 2025.

ABREU, Kamila Eulalio. Políticas de permanência no ensino superior: qual o lugar da mãe estudante na pós-graduação? 2025. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: [LEPES/UFRJ](https://repositorio.ufrj.br/handle/11362/76444). Acesso em: 28 ago. 2026.

ABREU, Kamila Eulalio; MOURA, Ivana de Oliveira Eugênio de Souza (org.). Atlas da Permanência materna no ensino superior federal brasileiro: um levantamento nacional sobre políticas institucionais para estudantes mães. Rio de Janeiro: Ed. das Autoras, 2026. v. 1. Disponível em: <https://www.nucleomaterna.org/atlas-da-permanencia-materna>. Acesso em: 28 ago. 2026.

BARBOSA, M. L. de O. Democratização ou massificação do ensino superior no Brasil? Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, v. 24, n. 2, p. 240-253, 2019. Disponível em: <https://revistas.puc-campinas.edu.br/index.php/reduc/article/view/21995>. Acesso em: 16 ago. 2025.

BOURDIEU, P. e PASSERON, JC A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, P. Homo academicus. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Revisão técnica de Maria Tereza de Queiroz Piacentini. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Consolidação dos Dados da Pós-Graduação Brasileira 2023. Brasília, DF: Capes, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 28 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2023: principais resultados. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 28 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 28 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.852, de 15 de maio de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 161, n. 94, p. 1-3, 16 maio 2024. Disponível em: <http://planalto.gov.br>. Acesso em: 28 ago. 2026.

CUNHA, L. A. C. R. A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social. Revista de Administração de Empresas, [S. l.], v. 14, n. 5, p. 66-70, 1974. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/hGZ6vTN4tBRx5yz86zKBWNt/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 8 ago. 2025.

DOURADO, L. F. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 677-705, jul./set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/q8MtGNtnrL8zS3sGpnrYkwf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 ago. 2025.

FABBRO, M. R. C; HELOANI, J. R. M. Mulher, maternidade e trabalho acadêmico. Investigación y Educación en Enfermería, Medellín, v. 28, n. 2, p. 176-186, jul./dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-53072010000200004. Acesso em: 26 jun. 2025.

FELICETTI, Vera Lucia; MOROSINI, Marília Costa; CABRERA, Alberto F. Estudante de primeira geração (P-Ger) na educação superior brasileira. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 49, n. 173, p.

28-43, jul./set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053146481>. Acesso em: 28 ago. 2026.

GOMES, M. O. A.; PASSOS, O. G. A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) nos Institutos Federais. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, n. 1, p. 416-442, 2018. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9240>. Acesso em: 11 ago. 2025.

hooks, b. *Teaching to transgress: education as the practice of freedom*. New York: Routledge, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2023*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 ago. 2026.

LIZARDO, Elisangela (org.); BONONE, Luana Meneguelli; OLORRUAMA, Dan; FAIRBANKS, Cristiane; SOUSA, Euzébio Jorge Silveira de. *Dossiê Florestan Fernandes: Pós-graduação e trabalho no Brasil*. São Paulo: ANPG/CEMJ, 2023. Disponível em: https://j.pucsp.br/sites/default/files/dossie_florestan_fernandes_qrcode.pdf. Acesso em: 28 ago. 2026.

MATTOS, V. de B; BIANCHETTI, L. Educação continuada: solução para o desemprego? *Educação & Sociedade*, v. 32, n. 117, p. 1001–1022, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NMWnTtbpJW4McRrs7xLY7Nc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2025.

MELO, S. L. de; BORGES, L. de O. A transição da universidade ao mercado de trabalho na ótica do jovem. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 27, n. 3, p. 376–395, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/wmFLvJ43qLTB5JMmYFxFWcmS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2025.

MOROSINI, M. C. Qualidade na educação superior: tendências do século. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 20, n. 43, p. 165-186, 2009. DOI: 10.18222/ae204320092043. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/ae/article/view/2043>. Acesso em: 8 ago. 2025.

MOURA, I. de O. E. de S. *Trajetórias universitárias e maternidade: a condição da mulher mãe no ensino superior*. 2024. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/2412524_2024_completo.pdf. Acesso em: 11 jul. 2025.

MOURA, I. de O. E. de S. Afiliação, não afiliação e afiliação parcial: a condição da mulher mãe estudante no ensino superior e as muitas faces da permanência. In: *SEMINÁRIO DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (PPGS-USP)*, 9., 2025, São Paulo. *Desafios emergentes: crises e desigualdades no Brasil do século XXI*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2025. ST – Educação Superior: Acesso e Permanência.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102172_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 28 ago. 2026.

POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo (2004): 217-241. Disponível em: https://sites.uel.br/prograd/wp-content/uploads/gepe/materiais/juventude_sociedade.pdf. Acesso em: 16 out. 2025.

RISTOFF, D. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 723–747, nov. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/yQz6tVyGStDkzSMZcVpkTbT/?lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2025.

SILVA, J. M. S. Mães negras na pós-graduação: uma abordagem interseccional. 2020. 159 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32119>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SILVA, J. M. S.; CARDOSO, V. C.; ABREU, K. E.; SILVA, L. S. A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. Revista Feminismos, [S. l.], v. 8, n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42114>. Acesso em: 11 ago. 2025.

SOARES, E. C.; CARDOSO, V. C. Perfil atual das pós-graduações em História no Brasil (2020–2023): um estudo sobre os impactos da maternidade na formação e produtividade acadêmica. MOS, v. 18, n. 1, p. 16-28, 15 jul. 2025. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/14766>. Acesso em: 11 ago. 2025.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo está disponível no Laboratório de Estudos e Pesquisa em Educação Superior (LEPES/UFRJ) e pode ser acessado em <https://lepesufrj.org.br/>.

FINANCIAMENTO:

A presente pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:

Kamila Eulalio Abreu: Conceituação, Metodologia, Investigação, Análise Formal, Curadoria de Dados, Redação – Rascunho Original, Redação – Revisão e Edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:

A autora declara não possuir conflito de interesse.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER:

Kamila Eulalio Abreu é doutora em educação pela UFRJ. Mestre em Educação e graduada em Ciências Sociais pela UNIRIO. Atualmente é professora na SEEDUC- RJ e pesquisadora no LEPES, coordena o Núcleo Materna e é professora Orientadora no Projeto ACOLHE-UNIRIO. <https://orcid.org/0000-0002-8467-7689>.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL:

Foi utilizada a ferramenta **ChatGPT (OpenAI), modelo GPT-5.6 Luna**, como apoio à revisão, organização e aprimoramento da redação deste artigo. A análise, interpretação dos dados e elaboração das conclusões são de responsabilidade integral da autora.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.